

# Política de Privacidade

**Não é de ontem, nem de hoje!** A UNAVE-Associação para a Formação Profissional e Investigação da Universidade de Aveiro, preza a privacidade das pessoas, esforçando-se por garantir a segurança e inviolabilidade dos dados dos seus *stakeholders*, encarando o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) como uma oportunidade – e uma motivação extra – para introduzir melhorias organizativas, incrementar a transparência de processos, a segurança e a eficácia dos recursos técnicos que utiliza na recolha, tratamento e armazenamento de dados pessoais.

Na UNAVE, entendemos a privacidade e a proteção de dados pessoais não como um estado, mas como um processo de melhoria contínua, alinhado, a cada momento, com a evolução do quadro legal aplicável e os desenvolvimentos tecnológicos

## 1. segurança e transparência

A UNAVE é a entidade responsável pelo tratamento e armazenamento dos dados pessoais que recolhe para o exercício da sua atividade, podendo, no entanto, delegar todos ou alguns desses procedimentos em entidades **subcontratantes** (e.g. plataformas de envio de *emails* ou de SMS) que ofereçam garantias de segurança e inviolabilidade dos dados pessoais, nos termos e em conformidade com o RGPD.

A UNAVE adota o princípio “**menos é mais**”, querendo com isso dizer que recolhe, trata e guarda **apenas os dados pessoais estritamente necessários** à conceção, desenvolvimento, divulgação e comercialização das ações de formação contínua e eventos relacionados (e.g. seminários, conferências, congressos, *workshops* /ou visitas de estudo), que constituem o seu escopo estatutário.

A UNAVE conserva os dados pessoais que recolhe e trata **pelo tempo apenas necessário - e suficiente - à realização da finalidade para que obteve o consentimento expresso** dos respetivos titulares, ao cumprimento de disposições legais aplicáveis e à observância de obrigações decorrentes de relações contratuais.

A UNAVE **não adquire, não vende nem transfere** a qualquer título, oneroso ou não, os dados pessoais que recolhe, trata e conserva nas suas bases de dados, a não ser por imposição legal, obrigação contratual ou requisito pré-contratual. E, internamente, limita o acesso às suas bases de dados **aos funcionários e/ou colaboradores estritamente necessários** ao desenvolvimento de determinado processo de tratamento.

A UNAVE obriga-se a comunicar a ocorrência de eventuais violações graves dos dados pessoais que recolhe trata e armazena aos seus titulares, bem como à CNPD, num prazo de 72 horas, em conformidade com o que dispõe o RGPD.

## 2. conceitos relevantes

» **Dados pessoais.** É toda a informação (e.g nome, morada, *e-mail*, nº de telefone telemóvel, número do BI ou do CC, NIF, fotografias, localização geográfica, informação médica, dados biométricos, etc...) que, ainda que isolada ou em conjunto com outra ou outras, permitem identificar uma determinada pessoa.

» **Responsável pelo tratamento.** É a pessoa singular ou coletiva que recolhe, trata e guarda dados pessoais e que, responde, nos termos legais, pela sua segurança e inviolabilidade. Neste caso, a **UNAVE –**

**Associação para a Formação Profissional e Investigação da Universidade de Aveiro**, sediada no Campus Universitário de Santiago, em Aveiro, Portugal, cujos contactos, para questões relacionadas com a gestão da privacidade e a política de proteção de dados, são:

**Por correio tradicional:** UNAVE-Associação para a Formação Profissional e Investigação da Universidade de Aveiro, Campus Universitário de Santiago. Edifício 1, 3810-209 Aveiro.

**Por correio eletrónico:** [unave-privacidade@ua.pt](mailto:unave-privacidade@ua.pt)

**Por telefone:** +351 234 370 833

**Através da página de internet:** [www.unave.pt](http://www.unave.pt)

» **Titular de dados.** A pessoa a quem dizem respeito as informações (e.g nome, morada, *e-mail*, nº de telefone telemóvel, número do BI ou do CC, NIF, fotografias, localização geográfica, dados biométricos, etc...) que permitem a sua identificação.

» **Tratamento de dados.** A recolha, o registo, a conservação e a divulgação de dados pessoais, tal como a própria consulta, a sua correção, apagamento e destruição são operações de tratamento de dados, à luz da lei.

» **Consentimento.** O RGPD estipula que o consentimento para recolha e tratamento de dados pessoais (*opt-in*), quando exigido, deve ser explícito, livre e informado, expressando, de forma inequívoca, a vontade do titular e o fim específico a que se destina o tratamento. Se o consentimento que obteve anteriormente foi dado de forma implícita, é preciso pedir um novo consentimento ao titular dos dados.

» **Segurança e proteção de dados.** Trata-se de todo um conjunto de medidas técnicas e organizativas que o responsável pelo tratamento de dados tem a obrigação legal de adotar por forma a garantir a segurança e a inviolabilidade dos dados pessoais recolhidos, tratados e guardados, tanto quanto o estado da arte e os meios disponíveis o permitem.

### 3. direitos dos titulares

» **Direito de acesso.** É o direito do titular dos dados de aceder aos seus dados pessoais, incluindo o direito a receber uma cópia de toda a informação pessoal que lhe diz respeito.

» **Direito de correção.** O titular dos dados tem o direito de exigir a correção dos seus dados pessoais, caso estejam incorretos ou incompletos.

» **Direito de oposição ao processamento.** O titular dos dados tem direito a opor-se ao processamento dos seus dados pessoais, mesmos quando forem recolhidos e processados com fundamento em interesse legítimo.

» **Direito à restrição de processamento.** Significa requerer a suspensão do tratamento dos seus dados pessoais, quando o titular dos dados pretender que seja verificada a precisão dos dados, por exemplo, ou a fundamentação invocada para o processamento.

» **Direito de retirada do consentimento.** O titular dos dados tem o direito de retirar o seu consentimento (*opt-out*) a qualquer altura, mesmo quando deu consentimento para a recolha, processamento e transferência dos seus dados pessoais para um fim específico.

» **Direito ao apagamento/esquecimento.** Permite que o titular possa exigir a exclusão/remoção dos seus dados pessoais, ainda que tenha exercido o seu direito de oposição ao processamento ou tenha cessado a finalidade que tiver fundamentado a sua recolha, tratamento e armazenamento.

» **Direito de transferência.** Além do direito ao apagamento, o titular pode requerer a transferência dos seus dados pessoais para outra parte/entidade.

» **Direito de queixa/reclamação.** O titular dos dados pode exercer os seus direitos anteriormente referidos junto do responsável pelo tratamento de dados (neste caso, a UNAVE) e apresentar queixa ou reclamação junto da **Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD)**, em caso de violação grave dos seus dados pessoais e/ou dos seus direitos.

#### 4. quadro legal

- » Artigo 35º da Constituição da República Portuguesa – utilização da informática
- » Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016
- » Lei 67/ 98 – Lei da proteção de Dados Pessoais
- » Lei 43/ 2004 – Lei da organização e funcionamento da CNPD